

NEOLIBERALISMO INFLUÊNCIA SOBRE A EDUCAÇÃO

SILVESTRIN, Silvano, L.
1162206

BONFIM, Lucília. M.G.A.
Professora Orientadora

RESUMO

O presente artigo constitui um estudo realizado através de pesquisa bibliográfica realizado no curso de Licenciatura Plena em Filosofia, do Centro Universitário Internacional - UNINTER. O estudo analisou de forma sucinta algumas características do pensamento filosófico político econômico, passando por pensadores que apoiam ou que se colocam contra essa prática de pensamento. Haja visto que vivemos em tempos de um mergulho profundo no pensamento neoliberal, onde seus pilares de sustentação estão na especulação econômica e no incentivo ao individualismo e à intensa competição entre as pessoas, colocando-as em um estado de conflito de todos contra todos. O pensamento neoliberal não reconhece os direitos sociais, apenas o direito à vida e à propriedade do capital e da liberdade. Desta forma defende um estado enxuto e forte para seus cidadãos e, em contrapartida, um estado submisso à vontade do mercado, esse, que se coloca na condição de norteador dos interesses sociais. A partir dessa forma do neoliberalismo conceber as pessoas apenas como consumidores, é notório que os resultados são perversos e destrutíveis para o ser humano. Ao mesmo tempo em que se produz muita riqueza, se produz muita submissão e marginalização das pessoas.

Palavras-chave: Estado mínimo. Lei de mercado. Ausência de direitos sociais.

INTRODUÇÃO

Este estudo deve ser entendido segundo a concepção de filosofia política. A intenção do artigo é fazer uma análise reflexiva crítica a respeito da influência liberal no âmbito educacional brasileiro. Com isso, buscar uma compreensão a respeito da educação oferecida aos brasileiros com o viés liberal e, quais são os problemas e consequências para o desenvolvimento da educação no Brasil.

Vivemos em tempos difíceis para a educação. Pois estamos inseridos num contexto de liberalismo e mais popularmente conhecidos como sendo um período liberal.

O problema da educação é gritante na atual realidade brasileira. Percebe-se que o modelo de educação vigente não satisfaz as necessidades

dos alunos. Pois, o que antes era tido como princípio de educar e criar consciência, agora está voltado para a produção de mão-de-obra. Com o interesse de apenas abastecer o mercado capitalista e perpetuar a reprodução para a manutenção da grande engrenagem que sustenta o capital. Essa forma de ver a educação como um negócio, acaba transformando o processo educativo em simples comércio.

Gaudêncio em sua entrevista sobre a educação assim fala:

O capital não se interessa apenas em ganhar dinheiro fácil com a educação. Para isso tem que enquadrar professores e alunos na lógica da mercadoria. No caso do professor, os efeitos perversos são de três ordens; perda da autonomia docente ou sequestro de exercer sua função de organizar e efetivar o processo de ensino, intensificação e exploração de seu trabalho, e aumento de doenças de caráter psicofísicas, mormente do stress. (FRIGOTTO, 2015)

O tema que aqui é refletido decorre de questões atuais que estão influenciando a educação brasileira. Temos uma constituição que garante por lei o direito de estudar para aprender e tornar-se um cidadão esclarecido e com condições de discernir qual será sua opção de trabalho e formação intelectual.

Porém, o estado brasileiro vive em um momento onde não se define como prioridade, o ensino de forma contundente e plena. Ocorre que é necessário formar mão-de-obra para o mercado. E não garantir cidadãos pensantes e autônomos intelectualmente. A educação devido às mudanças no mercado e a influência neoliberal está sendo entendida como um bem de consumo e não mais como um direito. Para o estado não é interessante ter gastos com educação. O dever do estado de dar educação está sendo delegando a iniciativa privada.

A grande operação estratégica do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado questionando assim seu caráter de direito e reduzindo-a a sua condição de propriedade. É nesse quadro que se reconceitualiza a noção de cidadania, através de uma revalorização da ação do indivíduo enquanto proprietário, enquanto indivíduo que luta para conquistar (comprar) propriedades-mercadoria diversas, sendo a educação uma delas. (GENTILI, 2010).

Desta forma entende-se a atual situação da educação como um clientelismo. Onde visa o lucro e mercado.

NEOLIBERALISMO INFLUÊNCIA SOBRE A EDUCAÇÃO

Pois se faz necessário destacar que na perspectiva neoliberal os sistemas educacionais enfrentam hoje uma profunda crise de eficiência, eficácia e produtividade, mais do que uma crise de quantidade, universalização e extensão. (GENTILI, 2010).

Essa crise de eficiência está enraizada, segundo os neoliberais na falta de agilidade, entendida como burocracia. Para aqueles que pensam a educação como um mercado, tudo ficaria nos devidos lugares se o ensino for tratado como em uma indústria. Onde existe concorrência e bonificação, castigo mediante determinados comportamentos.

Segundo Gentili entende-se que a crise tem sua fundamentação na excessiva noção de cidadania. Pois pensando desta forma todos tem direito a educação. Porém, quando visto pelo viés do neoliberalismo deve-se entender a educação não como um ato de dever constitucional. Ou seja, um direito. Na conspeção neoliberal a educação passa a ser entendida como uma mercadoria. De tal forma que, tem direito de usufruir quem comprar, pagar.

O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado o (entrepreneur), o consumidor. (GENTILI, 2010). Seguindo pelo viés neoliberal sob o olhar educacional o qual mercantiliza e coloca a serviço do grande mercado o ato de educar e põem os sujeitos em condições de se tornarem mercadorias, bem de consumo. Que podem ser adquiridos segundo uma oferta e facilitação do mercado.

Temos a contribuição de Frigotto, o qual cita programas de transferência de capital do governo federal para o mercado privado sem uma fiscalização adequada e que aos olhos de todos servem para educar, mas que na grande verdade não passam de meios lícitos, porém, indevidos para a transferência do capital às grande empresas do setor da educação.

Plano Nacional de acesso ao ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). É mais uma fonte de transferência de fundo público ao sistema e as empresas que fazem da educação um negócio, sem controle da sociedade e do Estado. Os dados sobre isto são inequívocos e as exceções não suprime a regra. (FRIGOTTO, 2015).

A partir dessas transferências entende-se que surge uma clientela onde se faz uma educação associada com o adestramento, segundo Frigotto. Ou seja, a instrução que lá é passada para os alunos não educa e sim apenas ameniza a busca por um saber que teoricamente deveria mudar a vida do cidadão.

Mas, e qual seria a concepção de Neoliberalismo? Sim, por que falamos tanto até aqui. Para que se possam avaliar suas ideias se faz necessário compreender seus ideais. O princípio básico do Neoliberalismo é a Liberdade, ou seja, na concepção liberalista é entendido que o Estado é um interventor, invasor na vida das pessoas.

Segundo pensamento de Chaves que é um defensor do neoliberalismo:

O problema é que o Estado, sendo constituído por pessoas, frequentemente, em vez de garantir esse espaço privado, tenta, ele próprio, invadi-lo, ou até mesmo elimina-lo inteiramente. O liberalismo luta para preservar o espaço privado do indivíduo, seja contra sua restrição ou eliminação pelo Estado. Assim a Liberdade é para o liberalismo, o bem supremo na sociedade, e no contexto de sua relação com o Estado. (CHAVES, 2007, p 8).

Segundo o pensamento de Chaves (2007, p.8). A filosofia do liberalismo está fundamentada na total liberdade do indivíduo. Onde cada um deve ser responsável por suas escolhas por sua vida em todos os âmbitos, seja no econômico, da saúde e na educação. Pois o pensamento liberal entende que, o que norteia a vida do indivíduo em sociedade é a lei do mercado, ou seja, a oferta e procura. Desta forma não havendo intervenção estatal, seja com regras protecionistas, o mercado trata de pôr ordem a vida em sociedade.

Chaves (2007, p. 13), apresenta os direitos individuais os quais o liberalismo reconhece como sendo o que garante a liberdade do indivíduo. O direito de integridade da pessoa, ou direito de vida. O direito de poder se expressar, na condição do pensamento e na forma de ser na maneira de viver. Também entende o direito a locomoção, ou seja, o direito de ir e vir. O liberalismo reconhece o direito de o cidadão poder fazer associações e de excluir quem não for desejado. Reconhece o direito de buscar a felicidade, procurar ser feliz da forma que bem desejar. Por fim o direito à propriedade, que fundamenta a condição de poder ter e adquirir qualquer bem que esteja disponível.

A partir do pensamento de Chaves, os direitos individuais só têm um limite quando se chega ao direito de outra pessoa. Sendo assim entende-se que o liberalismo prega a liberdade individual e que cada qual deve prover as maneiras de subsistência. Bem como cada indivíduo é responsável por criar seus meios de ter saúde, educação e moradia. Seguindo essa forma de raciocínio o cidadão não deve ter restrição alguma do estado, porém, deve ser capaz de gerir suas condições de vida. Estes são direitos individuais que o liberalismo reconhece e parte do princípio que não devem ter intervenção de terceiros, pois, cada qual deve buscar os meios de realiza-los.

Quanto aos direitos sociais, o que pensa o liberalismo? Segundo Chaves:

Para o liberalismo os chamados direitos sociais não são direitos, porque, não sendo formais ou negativos, impõem a terceiros deveres positivos que estes não assumiram livremente e que, portanto, violam o seu direito de agir e de dispor como preferirem de seus bens (no caso de seus recursos financeiros), porque serão obrigados a arcar (com seus impostos) com o custo do atendimento a esses supostos direitos. (CHAVES, 2007, p 22).

Ainda segundo o pensamento de Chaves (2007, p.22). Os direitos sociais são questionáveis porque pelo fato de ser um direito social, implica na prática que, todos têm o dever de servir às pessoas, quando as mesmas não produzem por várias questões. Ou seja, caso tenha uma pessoa desempregada qualquer cidadão tem o dever de dar emprego a ela, para que seu direito de emprego seja cumprido, todos podem recorrer ao auxílio desemprego. Porém, o estado tem dinheiro porque tomou dos cidadãos através da arrecadação de impostos. Sendo assim, o raciocínio do pensamento liberal é de que o estado fere a liberdade individual e se justifica nesta situação. Pois, mesmo não tendo ligação alguma com os outros, assim mesmo o cidadão é obrigado a bancar as necessidades dos demais através do imposto.

Portanto, para o pensamento liberal os direitos sociais não devem ser reconhecidos como tal. Pois esses interferem diretamente no direito individual, o qual julga necessário que cada um crie suas maneiras de sanar a suas necessidades.

Segundo o pensamento de Chaves:

O liberalismo não reconhece os direitos sociais, pois: o chamado direito social à educação escolar não é um direito de a própria pessoa agir para buscar a educação que deseja, mas implica um suposto dever de alguém (diretamente ou através do governo) prover, por meio de escolas, educação ao titular do presumido direito. O chamado direito social ao tratamento da saúde não é um direito de a própria pessoa agir para buscar a atenção que deseja à saúde, mas implica um suposto dever de alguém (diretamente ou através do governo) prover, com centros de saúde, hospitais, laboratórios etc., atendimento à saúde do titular do presumido direito. (CHAVES, 2007, p 26).

Partindo do princípio de liberdade, o qual prega a filosofia liberal, onde entende-se que o estado deve interferir o mínimo possível na vida do cidadão, deixando desta forma que as leis de mercado se encarreguem de dar um norte as relações sociais. Como deve ser pensado a educação nestas condições? Isso porque, na dimensão liberal, educação não é um direito, mas, sim, é um bem a ser adquirido pela condição econômica.

De imediato podemos notar uma controvérsia, pois, o estado brasileiro está vivendo um constante mergulho nas ideias liberais. Vejamos que na Constituição Federal, capítulo III, seção I da educação, Artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO)

Como visto, a educação é um direito de todos garantido pela constituição. Mas, qual é a real intenção num contexto liberal?

No Brasil teve início nos anos de 1990. Segundo Melo (2007, p. 191), nesse período se implantou no Brasil um projeto de hegemonia na educação, que acarretou uma mudança na forma natural de educação, até então entendida como algo necessário, mas, com essa nova perspectiva houve uma mudança no ritmo de desenvolvimento do sistema educacional. Pois até então a educação era conduzida por um viés de formar para a cidadania. Com essa nova forma de olhar há uma mudança para uma perspectiva científica – tecnológica a qual está focada na formação de mão - de - obra.

Segundo Melo (2007, p.190), houve uma mentalidade de universalizar o ensino básico, motivada pela falta de trabalhadores para suprirem as deficiências no mercado de trabalho. Porém, junto com essa universalização de certa forma apreçada, também aconteceu uma perda de qualidade e sentido da

formação educacional. Onde passaram a criar vários cursos de inclusão para todos, acesso a todos, porém com um caráter terminal. Ou seja, as pessoas iniciam e concluem o curso de alfabetização. Porém não aprende ficando assim, com déficit educacional limitado para continuar os estudos, pois se encontram em uma situação de grave fragilidade educacional.

Seguindo essa lógica de educação voltada apenas para suprir a mão-de- obra que na grande maioria exige o mínimo possível de formação das pessoas. Usando dessa forma para tornar a sociedade mais suscetível a manobras de coerção e incapazes de questionar a realidade as quais estão imersos. Neves faz uma pequena análise sobre:

Nessa perspectiva, a política educacional neoliberal focaliza a ação direta do Estado na universalização da escolarização obrigatória para a população da faixa etária requerida por lei, na expansão do ensino médio e no aumento de sua participação nos programas de formação profissional; ou seja, essa política destina-se prioritariamente a formação do trabalho simples. (NEVES, 2007, p 213).

A partir dessa afirmação é notório que a filosofia neoliberal não está preocupada com a formação do sujeito da pessoa, cidadão. Embora sempre alimentássemos esperanças na educação como um meio de consciência social e formação da cidadania.

Partindo dessa visão neoliberal de olhar a educação como um mercado, é possível entender a mentalidade de o homem ser visto como um objeto, como uma ferramenta acoplada na máquina de produção. Isso porque quando se pensa a educação fundamental como uma simples obrigação por parte do poder público, logo concebemos que nesse período a criança aprende a ler escrever e uma continha básica. Essa é a obrigação do estado, porém no momento em que a educação passa para o estágio de pensar e aprender a olhar criticamente o poder público tem o cuidado de colocar a educação técnica, para produzir trabalhadores apenas, para que satisfaçam a necessidade do capital. Sendo assim ocorre à formação de trabalhadores para apenas reproduzirem o já produzido.

Segundo Neves (2007, p.214), a política neoliberal trabalha com uma divisão na tarefa de educar. A educação básica é entendida como sendo

responsabilidade do poder municipal. Quanto à educação média está relacionada ao estado.

Nesse último estágio, ocorre à formação de mão de obra. O estado retira da população inconscientemente a condição da formação humana. Isso acontece no momento em que há uma avalanche de pensamentos liberais que visam apenas à produção para o bem do capital.

Frigotto (2007, p.35) vem colaborar com essa perspectiva, pensamento que vê educação como um negócio quando fala dos homens de negócios ao qual entram no mundo educacional para implantar a metodologia a qual será responsável pela formação da mão de obra, para as empresas. Pois seguindo uma lógica na formação de trabalhadores, é notório que houve uma evolução na produção do capital, outrora com máquinas a vapor, carvão. Agora, porém, com novas tecnologias, como máquinas elétricas com alto nível de produção e considerável nível de conhecimento exigido do trabalhador. A educação conduzida por homens de negócio visa à produção e melhora na qualidade do trabalhador para que saiba operar essas novas máquinas que elevam o nível de produção e como consequência causa a exclusão dos trabalhadores que são substituídos por robôs, máquinas.

Aos olhos liberais, causa um efeito de desenvolvimento e produtividade, mas, encontra partida causa um impacto na condição humana.

Os novos conceitos relacionados ao processo produtivo, à organização do trabalho e à qualificação do trabalhador aparecem justamente no processo de reestruturação econômica, num contexto de crise e acirrada competitividade intercapitalista e de obstáculos sociais e políticos às tradicionais formas de organização da produção. A integração, a qualidade e a flexibilidade constituem-se nos elementos-chave para dar os saltos de produtividade e competitividade. (FRIGOTTO, 2007, p 43).

Segundo Frigotto (2007, p. 38) com a entrada dos homens de negócios (empresários) houve um direcionamento na educação, a qual partiu para uma visão e ação com intuito de educar para o trabalho. Porém quem frequenta escola pública no Brasil? Geralmente são filhos de pobres, aos quais resta o caminho da educação e adestração para o trabalho, e sustento das elites. Muito se fala das características da educação a qual deve formar trabalhadores,

flexíveis, versatilidade e com liderança, princípios de moral, orientação global, com características de poder decisivo, equilíbrio físico emocional.

Porém, a partir dessas características vemos uma contradição, entre o discurso ideal da educação e a real formação dos jovens filhos da classe baixa economicamente falando.

Como já frisado, com a ideia do liberalismo não se reconhece os direitos sociais. Logo, a educação passa a ser um bem de consumo, onde o estado delega a sua responsabilidade de fornecer educação com qualidade para o poder privado, o qual está sustentado por homens de negócios, ou seja, empresários que visam a produção e acúmulo de riquezas. Sendo assim, a educação passa do plano de criar conhecimento e civilidade para o plano geral de produção da riqueza, não se importando com todo o aparato de exclusão que causa quando não são destinadas à todas as camadas da população com igual proporção.

A condição de estado mínimo gerado pelo liberalismo faz com que a educação seja algo distinto por classes. Sim porque, quem estuda em escola pública sem condição de ter uma educação sólida e pautada nos princípios de igualdade e com infinitas dificuldades físicas e econômicas não se encontra em real condição de igualdade. Essa condição fica apenas no plano ideológico e no discurso.

Mas, alguém pode argumentar. A educação técnica não forma? A educação técnica forma de maneira muito imediatista e resumida. A educação é muito mais do que um adestramento ou um treinamento. A educação é aquela que gera novas atitudes e não reproduz as injustiças e desigualdades. A atitude educativa faz com que, o ser humano pense novas alternativas e, não procure buscar argumentos para justificar os erros e perpetuá-los.

Seguindo esse pensamento educacional devemos compreender a escola e educação como sendo algo unitário no sentido de união, e democrático. Mas para que isso se realize é necessário que seja pensado um ensino igualitário para todos e inclusivo sendo assim se torna democrático. O pensamento liberal ao mesmo tempo em que tem necessidade de se ter uma educação mais acentuada tecnologicamente produz essa disparidade entre as classes. Pois se é democrático deve ser para todos. Porém percebe-se no ensino público a intervenção do homem de negócio, o qual tende a focalizar na

produção de riqueza para o capital. Por outro lado, a educação privada onde estuda os filhos da elite, não adere a tal formato de qualificação profissional.

O pensamento liberal também propõe uma nova expressão no ambiente educacional. A qualidade que faz um contraponto de igualdade, pois, quando supomos qualidade, estamos sugerindo que algum produto é melhor do que os demais. Nesta linha de pensamento acontece a exclusão por parte do pensamento liberal. Pois quando tratado a educação em um senso de igualdade, supõem-se que todos terão os mesmos ensinamentos e instruções, porém a nova onda educacional presa pela transformação da educação em um bem de consumo, onde tem condição de melhor consumir que tem maior condição de recursos.

Desta forma o pensamento de Enguita (2007, p. 96) traz uma reflexão ao que podemos entender também como qualidade uma conotação de proteção das elites. Pois partindo do princípio que a educação deve ser democrática e acessível para todos, logo não existem vantagens indevidas para ninguém, a não ser os méritos de quem estuda e se dedica para ter uma vida bem-sucedida profissionalmente. Contudo, a introdução do termo *qualidade* pode ser entendida como um bem, que tem condição de alcance quem tem poder econômico melhor, logo continua a usufruir dessa vantagem quem consegue pagar. Ou seja, o termo qualidade nada mais é do que uma garantia de perpetuar algumas condições de vantagens adquiridas pela elite.

Mas então o que se perdeu? Para que haja essa busca por qualidade. Na verdade, não houve uma perda. O pensamento liberal é elitista, percebe que houve sim um melhor acesso das massas à educação que, quando bem trabalhada a escola pública forma para profissões de status de elite. Ou seja, advogados, médicos, engenheiros. O termo qualidade não deve ser suprimido do ambiente educacional, porém deve andar lado a lado com igualdade de oportunidades.

Quando propomos qualidade estamos interessados em que tipo de qualidade? E para quem? Segundo Gentili (2007, p. 138), as qualidades supõem uma estratégia particular de organização que conduz a um tipo específico de controle, que tem variado historicamente. Essa variação a qual se refere Gentili deve ser entendida, identificada com as formas políticas, visões que estão na manutenção de condições de desigualdades na educação. Uma

vez que no pensamento neoliberal há uma pressão enorme sobre o estado para que este se adapte às necessidades do mercado, onde o mesmo acaba por regular e direcionar o pensamento educacional nas escolas. Haja visto que a política está sempre tentando abocanhar as possibilidades de acesso social das camadas menos favorecidas. Desta forma cria mecanismos, que introduz a mentalidade de que é necessário para o crescimento essa falsa ideia de qualidade. É falsa porque o termo qualidade na educação vem para substituir igualdade na educação. O termo qualidade vem importado do mundo empresarial, onde bem sabe-se a qualidade tem um custo, para que seja atingida. E quais seriam estes custos no âmbito da educação? Seria por um lado uma educação perfeita e objetiva na formação de homens de trabalho. Porém nem todos conseguem acompanhar com tamanha desenvoltura os passos dados por essa exigência de qualidade, por questões de nível, econômico, social e cultural. Com isso ao invés de gerar uma educação de igualdade, gera uma educação de exclusão e marginalização com único objetivo específico que é, o Individualismo e Competitividade ao extremo.

Ao final de tudo isso, ajusta-se a educação à lógica do mercado, onde o que de fato norteia os caminhos da educação é a demanda do mercado. Onde a ideia de educação, pensada para formar pessoas integras e bom cidadão vai se perdendo e dando espaço para a formação sem reflexão e diálogo, não humanista, e, sim de trabalhadores técnicos para fins econômicos, conforme a necessidade do mercado.

Um olhar crítico com relação ao liberalismo identifica essa mudança drástica na perspectiva de educar. Pois o educar sempre foi sinônimo de boas maneiras, de buscar conhecer e ser uma pessoa com mente aberta a qual não se deixa influenciar por pensamentos reducionistas e que colocam o ser humano em uma condição de ser submisso do trabalho e do capital.

O olhar crítico com relação à educação, sob o viés do liberalismo, pode ser compreendido como uma forma de dizer não a coisificação do homem. Pois primeiro deve vir o homem; criador e de, pois a criatura. A forma de pensar politicamente a educação sob o viés liberal coloca essa ordem de forma invertida, pois, primeiro o homem de ver ser produtivo e depois ser humano.

De fato, compreender as raízes desse problema ao qual o pensamento liberal propõe como solução é romper com os paradigmas da reprodução de

desigualdade social. É buscar alternativas para pensar uma nova forma de relação entre o homem e o capital a qual coloque em evidencia o ser humano.

Preservar os direitos sociais é pensar nas pessoas, dar uma opção para que todos tenham a dignidade mantida. Pois como visto o pensamento liberal não reconhece os direitos sociais, a lei do mercado é muito cruel para com as pessoas. Com a perspectiva neoliberal a posição do estado fica invertida, pois, até então o estado deve dar segurança, educação e saúde. Mas com a intervenção liberal, o que resta ao estado é ficar a mercê do grande capital, e as pessoas ficarem indefesas diante da especulação do mercado.

A educação fica sujeita a vontade e necessidade do grande capital. Pois a educação está ligada com a política e com a economia, a qual sofre com interferências, e pressões do mercado. Desta forma pode ser entendida como uma ferramenta de manipulação das camadas menos favorecidas da sociedade, pois as pessoas buscam ali uma forma de superar as adversidades sociais e econômicas. Porém com uma educação tendenciosa para as necessidades do mercado fica comprometido essa busca de melhora na vida do cidadão.

O liberalismo uma filosofia política econômica, a qual coloca na sociedade uma grande incerteza e insegurança. Pois vive de desestabilizar o social para que possa criar meios de abrir caminho na sociedade. O estado segundo esse pensamento não cumpre mais os deveres de cuidar, zelar pelo bem-estar dos indivíduos. Pois o estado torna-se representante dos interesses do grande capital, onde a educação pública passa a ser subordinada aos interesses do grande capital, torna-se um grande empório de negócio, onde vende-se os produtos educacionais segundo a necessidade e qualidade que o mercado exige. Ou seja, coloca a educação à mercê dos interesses do grande capital e acaba submetendo o ato de educar aos ditames do mercantil.

Sendo a educação tutelada pelo mercado (grande capital), ela torna-se uma forma de educar para o individualismo, onde todos são estimulados a buscarem o seu melhor na forma de produzir ocorrendo com isso, uma batalha de todos contra todos. Formando assim um estado de extrema competição, no qual o sucesso ou fracasso fica a cargo da dedicação de cada indivíduo. Desta maneira cria-se uma sociedade que vive em uma constante batalha, pelos interesses individuais de cada cidadão. Porém a vida dos cidadãos não é

norteada apenas pela demanda financeira, pois, a vida é constituída de uma complexa interação de fatores que extrapolam os ditames do mercado.

Sendo assim o conceito de educação fica distorcido. Pois com os ditames neoliberais, a formação do ser humano fica voltada para o individualismo e o sentimento possessivo uma característica do ser individual. Essa forma de ver a educação como um mercado é totalmente contraditória, uma vez que se instituí a competição e individualidade. O momento atual, como novo paradigma é a sustentabilidade e sociabilidade, ou seja, a vida em comum e com a partilha. Haja vista as necessidades ambientais cada vez mais escancaradas, pedindo para que se tenha uma mudança na consciência do consumo e da preservação.

O fato é que, a filosofia neoliberal prima pela educação privada. Com isso acaba transformando a educação em uma condição elitizada. A lei do mercado é simples, quem melhor paga, melhor consome. Desta forma acaba havendo uma segregação das classes menos abastadas com respeito ao acesso à educação de qualidade.

Sendo assim cabe a classes abastadas economicamente bancar o estudo de seus filhos, para que se forme pessoas pensantes e com olhar crítico para comandar. Quanto às classes menos favorecidas, resta a educação fragilizada e pensada pelos homens de negócio para prover mão-de-obra qualificada para produzir.

Essa forma de filosofia política neoliberal pode ser caracterizada como sendo dualista, uma vez que promove a integração intelectual da minoria abastada e detentora do capital. Por outro lado, exclui a grande maioria menos favorecida economicamente, dando-lhes a educação simplista e superficial voltada apenas para a produção e a reprodução com uma profunda ausência de senso reflexivo para avaliar a realidade a qual estão envolvidos.

METODOLOGIA

O presente trabalho é de cunho bibliográfico, e propicia uma reflexão crítica ao sistema filosófico político econômico identificado como liberalismo. Desta forma através de leituras e pesquisas de textos que retratam e discutem

esse assunto. Podemos inferir algumas ideias a respeito do liberalismo e suas implicações.

A pesquisa bibliográfica nos introduz no universo de ideias e faz com que possamos ter nossas próprias reflexões a respeito do assunto que é de suma importância na atual realidade. Segundo Gil (1991 p. 21), a pesquisa bibliográfica é muito importante, “quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros e artigos de periódicos e com o material disponível na Internet”. A mesma propicia uma nova reflexão e uma vasta possibilidade de argumentos a respeito da questão do liberalismo.

Para realizar esse trabalho a pesquisa bibliográfica foi fundamental, pois através dela é possível ao pesquisador fazer um levantamento de argumentos e conceitos já trabalhados por estudiosos desta forma dando certa consistência ao trabalho. Nesse sentido é extremamente relevante o levantamento e seleção dos conhecimentos já existentes e catalogados, internet.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos textos estudados e citados é notório que a educação passa por maus momentos e acaba sendo confundida na maioria das vezes como um adestramento de pessoas. A vinda do ideal liberal para o ambiente escolar traz consigo uma enorme reformulação na forma de ver e compreender a educação. Pois antes sempre tida como um pilar para o crescimento do ser humano, com formação humanística. Agora não mais, pois o ideal do mercado e do lucro se interpôs entre o homem e sabedoria acabando desta forma com uma característica muito própria do ser humano, a partilha e a compaixão.

No momento em que, a educação passa a ter o foco no consumismo e na concorrência as pessoas passam a ser mais individualistas e levianas. Tudo passa a ser avaliado na forma e na condição de como produzir. A partir dessa lógica o ser humano tende a ser visto como um objeto de produção no qual tem seu valor segundo sua capacidade de produzir ou consumir, gastar.

No sentido oposto existe o protecionismo do estado. O qual também tem seus pontos fracos. Como fazer vista grossa aos problemas sociais em especial a educação. Mas onde está o problema? O problema está justamente

na forma em que as lideranças tratam o ambiente escolar, pois, quando se educa para viver em uma sociedade que está impregnada pelo consumismo, e pela busca pelo prazer desenfreado não se espera outra coisa senão a banalização do ser humano. Pois, a educação é algo complexo, que exige um empenho e esforço da pessoa é necessário lutar contra a comodidade e, facilidades que o pensamento liberal prega no ambiente escolar.

A educação deve estar aí para discutir com o meio social, a sociedade a condição humana, a qual historicamente foi construída e que serve para nortear as decisões a partir do sentido humano os direitos de igualdade e democráticos, transformando as pessoas livres.

Ao contrário do pensamento liberal que prega liberdade. Porém olhando a fundo essa forma de pensamento que não passa de uma maneira de aprisionar as pessoas aos ditames do consumismo e de serem manipulados, pois quanto menos a sociedade estuda e aprofunda os conhecimentos, mais vulneráveis ficam á, decisões de cunho impositivo que o mercado propõe as quais geram exclusão e marginalização das pessoas.

É necessário ter respeito com as pessoas e dar uma educação digna e igualitária para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em < WWW. Planalto. Gov.br/ ccivil_03 constituição. Cap. III, secção I da educação, Art. 205>. Acesso em 07/Ago/2017.

CHAVES, E. O. C. **O liberalismo na política, economia e sociedade e suas implicações para a educação, uma defesa**. In: Lombardi, J. C/ Sanfelice, J. L. (Org.). Liberalismo e educação em debate. Campinas: Autores Associados, Histedbr, 2007. p.1- 60.

ENQUITA, M. F. **O discurso da qualidade e a qualidade do discurso.** In: Gentili, P. (Org.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação.** 5ªed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 93- 110.

FRIGOTTO, G. **Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativo democrático.** In: Gentili, P. (Org.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação.** 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 31- 92.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A educação é um dos serviços mais lucrativos.** Disponível em <<http://www.mst.org.br/2015/09/15/a-educacao-tem-se-tornado-um-dos-servicos-mercantis-mais-lucrativos-afirma-professor-da-uerj.html>>. Acesso em 08/ Ago/ 2017.

GENTILI, P. (Org.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação.** Petrópolis: Vozes, 1997. p. 93- 110.

GENTILI, Pablo. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário.** Disponível em<<https://barricadasabremcaminhos.files.wordpress.com/2010/06/neoliberalismo-e-educacao.pdf>>. Acesso em 18/ Jul/ 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

MELO A. A. S. De. **O projeto neoliberal de sociedade e de educação um aprofundamento do liberalismo.** In: Lombardi, J. C/ Sanfelice, J. L.(Org.). **Liberalismo e educação em debate.** Campinas: Autores Associados, Histedbr, 2007. p.185- 204.

NEVES, L. M. W. **Brasil Século XXI Propostas Educacionais em Disputa.** In: Lombardi, J. C/ Sanfelice, J. L.(Org.). **Liberalismo e educação em debate.** Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2007. p. 205- 221.